

TRABALHADORES EM MS:

uma breve análise *

Nataniél Dal Moro **

(UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

Introdução

Esse artigo é uma contribuição à história dos trabalhadores do estado de Mato Grosso do Sul e foi desenvolvido durante o ano de 2002 tendo como objetivo dissertar sucintamente sobre os trabalhadores em MS a partir da década de 60 (sessenta) até 2002, sobretudo referente ao ano de 2002, quando foi coletada a maior parte da bibliografia, com ênfase para as provenientes de jornais, como o jornal *Correio do Estado* e o jornal *Folha do Povo*.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a qualitativa, constituindo-se nas fases de coleta de material e análise deste, sobretudo de jornais. Entrevistas e questionários com questões abertas aos trabalhadores de Mato Grosso do Sul finalizaram a metodologia qualitativa. Utilizou-se também a metodologia quantitativa, sendo um dos exemplos a elaboração de tabelas sobre vários assuntos, como referente ao percentual de população urbana e rural de algumas cidades.

1. Os trabalhadores no estado de Mato Grosso do Sul

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Mato Grosso do Sul tinha 2.118.642 habitantes no ano de 2000, com 85% residindo nas zonas urbanas dos 77 municípios e 15% no campo. O que, em parte, evidencia que a população do estado está (cada vez mais) concentrada nas cidades, sobretudo com o intuito de conseguir emprego (ou apenas trabalho) nos municípios, em especial emprego nas indústrias que progressivamente estão obtendo destaque no cenário estadual. (IBGE..., 2002, p. B-2).

Sendo que em Mato Grosso do Sul teve-se a seguinte distribuição daqueles que vendem sua força de trabalho: as atividades rurais que concentravam

* Trabalho elaborado durante o mês de dezembro de 2002, no município de Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, Brasil, para apresentação no XXII Simpósio Nacional de História, entre os dias 27 de julho a 1 de agosto de 2003, na Universidade Federal da Paraíba, Campus I, na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil.

** Graduando em História e aluno-pesquisador pelo Programa de Iniciação Científica da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), com bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: natanieldalmo@bol.com.br

“[...] 30% dos trabalhadores [...] no campo, com 120.000 na pecuária e 180.000 nas lavouras e estima-se que o agronegócio participe com 35% ou 350 mil empregos, em Mato Grosso do Sul, mostram os dados do Governo do Estado.

Ou seja, a agricultura hoje é a base da economia estadual e tem potencialidades para continuar criando oportunidades, desde a lavoura até a produção de carnes.” (EDITORIAL, 2002, p. 2 Rural).

E

“[...] dos 256.675 trabalhadores assalariados no Estado, 80.908 [...] (eram) funcionários públicos. O setor [...] (empregava) 60% a mais em relação ao comércio, que sempre teve a fama de bom empregador.

Os números mostram a nova realidade do emprego em Mato Grosso do Sul. Setores que costumavam empregar grandes contingentes de funcionários optaram por tecnificação, diminuindo consideravelmente a oferta de vagas.

Outros, como a construção civil, ainda sentem os efeitos da recessão econômica. O setor emprega hoje (2002) pelo menos 10% a menos em relação a três anos atrás. A radiografia do emprego no Estado traz à tona também o lado perverso da nova economia, cada vez mais globalizada e, principalmente, competitiva.” (EDITORIAL, 2002, p. A-2).

Esta competitividade serviu para diminuir os valores de alguns produtos, como os vendidos em feiras com mercadorias provenientes dos vários assentamentos existentes em Mato Grosso do Sul, que abrigavam, até 2002, milhares de famílias, sendo que um local de destaque é a Fazenda Itamaraty, no município de Ponta Porã, que possui “[...] 1.145 famílias de vários movimentos de trabalhadores rurais sem terra.” (FARIA, 2002, p. Rural-7).

Com a zona rural tendo (trabalhadores), sobretudo os pequenos e médios, produzindo para abastecer o mercado de subsistência, mas não só, como no caso da produção de mandioca.

“Hoje praticamente 80% do que é produzido de mandioca vem da agricultura familiar, uma cultura que não representa apenas consumo **in natura**, mas industrialização e agregação de valor. Em relação à soja, 30% da produção vem de pequenas propriedades e a fazenda Itamaraty teve produção significativa de feijão, de 900 toneladas [...] (e no Brasil) a agricultura familiar hoje já participa com cerca de 47% da produção agrícola e chega a ser predominante em algumas culturas, como mandioca, soja e milho.” (MATHIAS, 2002, p. B-2).

Considerando que Mato Grosso do Sul tinha 2.118.642 habitantes em 2000, segundo o IBGE e que 1.033,51, ou seja, 48,78% desta população estava nas 5 mais populosas cidades do Estado (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá e Ponta Porã), com destaque para a Capital do Estado, Campo Grande, como polo de concentração de migrantes desde décadas anteriores,

sobretudo nas décadas de 70 (setenta) e 80 (oitenta) do século XX, quando Mato Grosso do Sul tornou-se cenário de fluxos migratórios de pessoas que procuravam trabalho, com ênfase para trabalhos rurais. Ao todo, contabilizou aproximadamente 200 mil “pobres” existentes em Campo Grande devido ao fator de migrantes de outros Estados e ao do êxodo rural estadual com destino aos centros de maior concentração populacional, que foi o caso da Capital, Campo Grande, na década de oitenta.

Em matéria de 1982 constou que o

“[...] título de “capital da miséria”, informalmente conferido a Campo Grande pela onda de favelas que tomou a Capital [...] indica que 60 por cento da população está “em um processo acelerado de pauperização” com uma renda familiar que não supera dois salários mínimos regionais. Na portentosa malha viária da cidade, construída ainda no tempo das “vacas gordas” é cada vez maior o número de mendigos que perambulam pelas ruas e pessoas cada vez mais mal vestidas e alimentadas, embora ainda não tenham atingido o estado total de miserabilidade. Pelo menos 15 famílias por dia engrossam filas à porta da Promoção Social para pedir assistência, comida e moradia.” (QUASE..., 1982, p. 07).

Esta migração (e imigração) da segunda metade do século vinte contribuiu para a concentração de pessoas nas cidades, destacando-se a de Campo Grande e a de Dourados, pois no Dicionário Geográfico Brasileiro datado de 1972 referente ao Censo de 1960 tinha-se a seguinte população, bem como a do ano de 2000, mas com dados da FIBGE:

TABELA I*

Município	Censo de 1960			Censo de 2000		
	Pop. urbana	Pop. rural	Total	Pop. urbana	Pop. rural	Total
Campo Grande	64.934	7.315	72.249	655.914	7.707	663.621
Dourados	16.487	68.468	84.955	149.929	15.021	164.950

*Fontes: Dicionário Geográfico Brasileiro (1972) e do Censo 2000 da FIBGE.

Da década de 60 (sessenta) até o ano de 2000 Campo Grande aumentou sua população em mais de 9 (nove) vezes e Dourados quase dobrou nestes 40 (quarenta) anos. Os trabalhadores que procuraram estas duas cidades anteriormente (e continuam a procurá-las) foi de imigrantes, como os paraguaios no sul de Mato Grosso do Sul, em especial para realizarem atividades agrícolas, e de paulistas, paranaenses, mineiros, catarinenses e gaúchos na condição de migrantes.

“Campo Grande é a primeira escala na saga, frequentemente dramática, das dezenas de pessoas que chegam de outros estados,

completamente desvalidas e à procura de trabalho, carregadas com a esperança de que um Estado novo como este é um mercado de trabalho aberto e um campo de ação muito vasto. Para muitos deles é o início de um pesadelo circular, que ao fim de acidentada peregrinação pode terminar aqui mesmo, no Mato Grosso do Sul – quando não na absurda, inviável fantasia de retornar à cidade natal, de onde jamais deveria ter saído. Com efeito, depois de um início discreto, lá pelos idos de 1.960, a migração de paulistas, mineiros, paranaenses – muitas vezes radicados vindos de terras do Rio Grande do Sul ou Santa Catarina – cresceu assustadoramente nos últimos anos e atinge formas alarmantes, hoje, não pela quantidade, mas pela falta de condições para abrigar e colocar todas essas pessoas.

[...] Quase sempre dramática a aventura começa na Estação Rodoviária ou na Ferroviária, onde todos os dias encostam verdadeiros ‘pinga-pingas’ e, no caso dos trens, comboios, provenientes de São Paulo e outras tantas cidades, apilhados de gente de todos os tipos. Pelo menos 20 de cada veículo aportam na Capital, os demais procuram as cidades do interior, como Mundo Novo, Ponta Porã e Corumbá. Aqui em Campo Grande eles buscam trabalho na construção civil, geralmente, no interior as terras férteis do MS. Muitos ficam pelos terminais perambulando, pedindo a um e outro, alguns buscam abrigo no albergue, que hoje já não suporta mais a lotação diária. E, durante dias, esmolam, roubam, passam fome, enfim entram no círculo tormentoso da mendicância ou da marginalidade. Algumas exceções, pois existem também aqueles que tem algumas referências, o suficiente para se arranjar pela cidade e conseguem empregos temporários até conseguir ajeitar as coisas. Isso, no entanto, é uma minoria acentuada de casos.” (MIGRAÇÃO..., 1982, p. 11).

A estrutura e a conjuntura nacional e estadual favoreceram Mato Grosso do Sul, também denominado de *Estado Modelo* da nação brasileira, uma vez que o aumento do número de habitantes era considerado viável para o crescimento e o desenvolvimento desta região do Brasil. Lembrando que no início do século XX os trilhos, através da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, tiveram este objetivo, ou seja, serviram de “[...] elo do interior (atrasado, incivilizado, inculto e violento) com o litoral e com o mundo (desenvolvido, civilizado, culto e em teoria “não-violento”).” (GRECO; MORO, 2002, p. 104).

Nesta perspectiva, entre 1972 e 1980, chegaram aproximadamente 500 (quinhentas) mil pessoas no atual Mato Grosso do Sul com o objetivo de “conquistar um lugar na sociedade”, tendo o trabalho como o principal instrumento destes imigrantes e migrantes. Mas até

“[...] que encontrem o caminho certo, é uma longa peregrinação, um rosário de humilhações e uma carga muito acentuada de esperanças. Só no ano passado devem ter chegado ao Mato Grosso do Sul cerca de cinco mil migrantes. Em Campo Grande, a prova disso é o acúmulo das concentrações faveladas. Basta ver que a maioria dos moradores de favelas é de gente que veio para cá nos últimos três anos e não tendo onde morar partiu para a invasão de terras alheias. O problema já era sério e ficou ainda mais, depois que a própria Capital contemplou o aumento de 100 por cento

do fluxo migratório, informa a Secretaria de Promoção Social do Município. Em números isso quer dizer 335 pessoas em apenas dois meses, quando no ano passado, em igual período devem ter chegado à cidade cerca de 100 pessoas, um pouco mais talvez. A ajuda a essas pessoas é fornecida, mas a própria estrutura governamental não comporta meios financeiros para resolver o problema de toda essa gente que chega, uma vez que já conta com os problemas gritantes da população desvalida já radicada.

[...] (A situação destas pessoas era que não tinham) qualificação [...], isso porque são pessoas sem estudo, sem conhecimento, aventurando-se à procura de um trabalho, que já não encontrou nos outros estados.” (Op. cit., 1982, p. 11).

Através das condições existentes em Mato Grosso do Sul o trabalhador deste Estado esteve condicionado a atividades de extração, de pecuária e de agricultura, na maioria das vezes, até os anos das décadas de sessenta e setenta do século vinte. Na década de oitenta o estado de Mato Grosso do Sul intensificou o processo de industrialização, mas ainda continuou incipiente quando comparado a importância da pecuária e da agricultura como pagadora de impostos governamentais e geradora, além de concentrar, o maior número da mão-de-obra do Estado, computando-se os trabalhadores do mercado formal e do informal, especialmente o do informal, uma vez que nas entrevistas um dos depoentes afirmou que durante os anos da década de setenta a carteira assinada não era algo comum na região, referindo-se ao estado de Mato Grosso do Sul, em uma fazenda próxima ao município de Sidrolândia, “[...] o que importava era o trabalho que o peão recebia e tinha que fazer. Se o cabra era bom de serviço, o patrão até dava alguma recompensa além do dinheiro do final da lida. Mas carteira assinada não existia.” (ENTREVISTAS..., 2002).

Mas com uma política de industrialização do Estado, as indústrias que se instalaram em MS passaram a ocupar matérias-primas dos próprios municípios de MS para viabilizar o seu crescimento, sobretudo através da indústria de transformação, como a agroindústria, que também é intitulada como uma indústria que se identifica com as potencialidades e as vocações de muitas regiões do Estado.

A última década do século vinte, a de noventa, teve cada vez mais o trabalhador em fábricas, como na indústria Agroeliane S/A, com a fundação em 1992 e a instalação em 1993, no município de Sidrolândia, distante aproximadamente sessenta quilômetros de Campo Grande, sendo denominada de agroindústria. Segundo informativo divulgado pela Prefeitura Municipal de Sidrolândia, esta

“[...] é uma das indústrias brasileiras habilitadas a exportar carne de aves frescas para os quinze países membros da União Européia. Esta é a mais importante conquista da única empresa habilitada para este tipo de exportação no Estado de Mato Grosso do Sul, que vem conquistando o

“mundo com a qualidade dos seus produtos, inclusive ganhando o prêmio ISO 9002.” (SIDROLÂNDIA, 2002, p. 11).

Em 2002 esta agroindústria proporcionou mais de 1.000 (mil) empregos diretos aos operários da municipalidade. A maioria ganhava em torno de 1,5 até 2 salários mínimos, ou seja, de 300,00 até 400,00 reais por uma média de trabalho de 8 (oito) horas diárias, de segunda até sexta-feira, na maioria das vezes. A respeito do salário mínimo fez-se a seguinte pergunta no questionário que 10 (dez) trabalhadores responderam: “O salário mínimo de 200,00 reais por mês é suficiente para sanar as necessidades de um trabalhador (e muitas vezes de seus dependentes, como filhos)?”. Um dos sujeitos, sendo que não foi da agroindústria anteriormente citada, escreveu:

“Não! Eu sou separada e tenho duas filhas como dependentes e tenho que pagar aluguel, luz, água e alimentação que são básicas da sobrevivência, sem contar com material escolar, roupas e remédios se acaso precisar, o que é obvio que uma pessoa desnutrida e mau agasalhada adquira: doença.” (QUESTIONÁRIOS..., 2002).

Observando-se um rendimento salarial em torno de 300,00 até 400,00 reais mensal e concomitante a este ganho o valor de uma cesta básica recomenda para uma família de cinco pessoas que foi de R\$ 570,50 é bastante compreensível a afirmação do terceiro sujeito que respondeu ao questionário sobre o salário mínimo.

A tabela II possui algumas indústrias que foram instaladas em MS, com destaque para as do ano de 2002:

TABELA II*

Algumas indústrias em Mato Grosso do Sul			
Ano	Indústria (s)	Nº de empregados	Município
1993	Agroeliane S/A (atual Seara Alimentos S/A)	1.046 empregados**	Sidrolândia ¹
2002	2 indústrias	270 empregados	Sidrolândia ²
2002	17 pequenas indústrias	Aproximadamente 200 empregados	Naviraí ³
2002	14 indústrias	188 empregados	Naviraí ⁴
2003	6 indústrias	1.600 empregados	Várias cidades ⁵
2003	7 indústrias	233 empregados	Campo Grande ⁶

*Fontes: 1) SIDROLÂNDIA, Op. cit., p. 11; 2) Ibid. p. 10; 3) OLIVEIRA, 2002, p. 7a; 4) Ibid. p. 7a; 5) HUGO, 2002, p. 6a; 6) SANTOS, 2002, p. 13.

**Número de empregados referente ao ano de 2002.

A tabela II demonstra que as indústrias, e também as empresas, ocupam milhares de operários em Mato Grosso do Sul, mas mais do que isso, pois parte destes trabalhadores deslocaram-se do interior dos municípios para chegar onde as indústrias foram instaladas, sendo que a maior parte destas localizavam-se nas zonas urbanas ou próximas a elas, e por isso ocorreu um deslocamento de trabalhadores rurais para disputar vaga nas empresas, além daqueles que já habitavam na zona urbana e eram desempregados. Estes desempregados, sobretudo os residentes nas zonas urbanas dos municípios de Mato Grosso do Sul, conseguiam, mas não de forma cidadã, sobreviver com contribuições governamentais, sendo muitos destes programas de cunho assistencialista, portanto, não proporcionando contribuição relevante para a conquista da cidadania do trabalhador na sociedade onde está inserido perifericamente.

Justamente por este contexto Mato Grosso do Sul tinha operários realizando atividades na condição de empregados, com carteira assinada, mas também possuía trabalhadores que não tinham legalmente seus direitos respeitados, como muitos peões do Estado. Já os órgãos públicos existentes em Mato Grosso do Sul eram os maiores empregadores que respeitam os direitos trabalhistas, pois 80.908 mil trabalhavam como funcionários públicos. O setor agropecuário proporcionava 157,8 mil, o comércio em geral 153 mil, os serviços domésticos 85,2 mil, a indústria 81 mil e a construção 64,1 mil postos de trabalho, segundo dados da FIBGE publicados no Editorial do jornal *Folha do Povo*, no dia 02 de setembro de 2002, p. A-2. Em uma outra matéria, antes citada, constou que

“[...] 30% dos trabalhadores estão no campo, com 120.000 na pecuária e 180.000 nas lavouras e estima-se que o agronegócio participe com 35% ou 350 mil empregos, em Mato Grosso do Sul, mostram os dados do Governo do Estado.

Ou seja, a agricultura hoje é a base da economia estadual [...]”
(EDITORIAL, Op. cit., p. 2 Rural)

e com o comércio formal e informal abarcava 65% dos trabalhadores do Estado, com um total aproximado de 650.000 mil trabalhadores.

Já no Editorial do jornal *Folha do Povo*, anteriormente citado, foi enfocado que o

“[...] incremento no número de empresas não significa, necessariamente, a geração de novos empregos na mesma proporção que vinha ocorrendo na década passada. As 296 novas indústrias implantadas no Estado de 1998 a 2000 geraram, segundo o IBGE, 3.387 novos postos de trabalho, o que dá uma média de 11,4 empregos por empresa.

O papel do Poder Público como o principal empregador tende a ficar, segundo a tendência verificada na pesquisa, cada vez mais agudo, pois na medida em que o setor privado enxuga – com velocidade assombrosa – o custeio com o corte sumário das vagas, o Estado caminha, inexoravelmente,

para ocupar, soberano, o posto de principal e único empregador.” (EDITORIAL, Op. cit., p. A-2).

Considerações finais

Com certeza esta breve análise não possui como objetivo, mesmo pelo fato de não tê-lo feito, de esgotar o assunto na sua totalidade, pois faltaram estudos mais detalhados sobre muitos aspectos históricos dos trabalhadores em Mato Grosso do Sul. Tem-se a ciência de que as mulheres não foram contempladas, os trabalhadores indígenas e os negros também. O trabalho infantil que existe não teve análise neste artigo, além de muitas outras particularidades das variadas regiões que compõem o Estado. Contudo, o desenvolvimento desta pesquisa evidenciou que muitos dos trabalhadores de MS chegaram ao Estado nas décadas de 60, 70 e 80 como imigrantes e migrantes, sendo detentores, em grande parte, apenas de sua força de trabalho e que alguns se ramificaram para o interior nos anos seguintes, embora a maioria tenha permanecido nas cidades, mas realizando atividades de trabalho ligadas com o campo e em menor porcentagem com as zonas urbanas.

Referências bibliográficas

1. EDITORIAL. A agropecuária em Mato Grosso do Sul. **Correio do Estado**, Campo Grande, p. 2 Rural, 25 nov. 2002.
2. EDITORIAL. Emprego em MS. **Folha do Povo**, Campo Grande, p. A-2, 2 set. 2002.
3. **ENTREVISTAS** concedidas ao autor por 10 (dez) depoentes. Sidrolândia, MS, Brasil, do dia 09 de dezembro de 2002 a 20 de dezembro de 2002.
4. FARIA, Cícero. Pivôs de irrigação vão receber manutenção. **Correio do Estado**, Campo Grande, p. Rural-7, 9 dez. 2002.
5. **FUNDAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (FIBGE)**. Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2002.
6. GLOBO. **Dicionário Geográfico Brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1972, p. 115 e 183.
7. GRECO, Maria Madalena Dib Mereb; MORO, Nataniél Dal. Changueiros: trabalhadores à margem dos trilhos. In: **Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul: história, memória e identidades**. Campo Grande: UCDB, 2002, p. 100-112.
8. HUGO, Maurício. Governo anuncia indústria para MS. **Correio do Estado**, Campo Grande, p. 6a, 20 dez. 2002.
9. IBGE dá novo perfil da população. **Folha do Povo**, Campo Grande, p. B-2, 12 set. 2002.
10. MATHIAS, Fernanda. MS deve receber R\$ 60 mi do Pronaf. **Folha do Povo**, Campo Grande, p. B-2, 15 jul. 2002.
11. MIGRAÇÃO: o fluxo aumenta 100% este ano. **Correio do Estado**, Campo Grande, p. 11, 7 abr. 1982.

12. OLIVEIRA, Edilson. Naviraí quer torna-se quarto pólo industrial. **Correio do Estado**, Campo Grande, p. 7a, 25 mar. 2002.
13. QUASE 200 mil pobres na “capital da miséria”. **Correio do Estado**, Campo Grande, p. 7, 8 jul. 1982.
14. **QUESTIONÁRIOS** aplicados pelo autor para 10 entrevistados. Sidrolândia, MS, Brasil, no dia 20 de dezembro de 2002.
15. SANTOS, Osmar. CG gera até oito novos empregos / dia. **O Progresso**, Dourados, p. 13, 19/20 dez. 2002.
16. SIDROLÂNDIA. **Sidrolândia**: o endereço de grandes negócios. Sidrolândia: Prefeitura Municipal de Sidrolândia, 2002. 12 p.